

de Cr\$ 115.366 milhões

Dívida estadual é

Ao informar que em dezembro do ano passado a dívida dos governos estaduais atingiram a Cr\$ 115 bilhões e 366 milhões, dos quais Cr\$ 33 bilhões e 853 milhões de operações externas e Cr\$ 81 bilhões 514 milhões de empréstimos internos, o secretário-adjunto da Secretaria-Geral do Ministério da Fazenda, Mário Berard, defendeu a melhoria do nível dos assuntos tratados pelo Conselho de Política Fazendária.

A seu ver, um conselho que reúne 23 secretários estaduais de Fazenda, o ministro da Fazenda e uma gama de assessores, deve tratar de assuntos de alto interesse para as diversas regiões do país, enquanto na Cotep (Comissão Permanente do ICM) os assessores debateriam os assuntos gerais.

Mário Berard, que já ocupou a Secretaria da Fazenda de Alagoas, acha que algumas pretensões de melhoria de arrecadação de ICM pelos Estados devem ser atendidas, embora seja contrário à concessão de recursos a fundo perdido, exceto para o caso de calamidade pública. Exemplificando, acha que o cálculo do ICM sobre o cigarro poderia ser feito sem a redução do IPI; gradualmente os incentivos do ICM devem ser eliminados; embora ainda não saiba qual a melhor fórmula, mas os combustíveis poderiam deixar uma parcela de ICM; e as alíquotas deste tributo, que são diferenciadas para os setores interno, interestadual e exportação podem ser alteradas visando reforçar a receita dos Estados do Norte e Nordeste.

Ao acentuar que é contrário a uma reforma tributária, Mário Berard acrescentou que em relação aos problemas financeiros de muitos Estados, a solução somente tem dois caminhos; ou a redução de despesas ou o aumento de receita. Por outro lado, acha que o aperfeiçoamento do sistema de arrecadação e de fiscalização também ajudaria aos cofres estaduais, informando que está fazendo um levantamento no país sobre a evasão de tributos, sendo que alguns secretários estaduais já a estimem em 40%.

Os Estados que apresentam maior volume de dívidas são os seguintes:

São Paulo com Cr\$ 24 bilhões 472 milhões; Minas Gerais com Cr\$ 14 bilhões 557 milhões; Rio de Janeiro com Cr\$ 14 bilhões 502 milhões; Bahia com Cr\$ 12 bilhões 255 milhões; e Rio Grande do Sul com Cr\$ 10 bilhões 519 milhões. Segundo Mário Berard, pode-se computar a má administração uma das principais causas do endividamento de muitos Estados, e para a normalização desta situação deve-se evitar obras novas ou adiáveis, o que já vem sendo efetuado por muitos Estados.

RECURSOS

A SUDAN liberou, segunda-feira recursos no montante de 1 milhão e 130 mil cruzeiros, sendo 500 mil de recursos próprios da autarquia, 230 mil de recursos oriundos do Programa de Integração Nacional (PIN) e 400 mil do Programa de Recuperação Sócio-Econômica do Nordeste Paraense (Pronorpar) oriundos do Proterra.

Com os recursos orçamentários a SUDAM contemplou, a conta de convênios e contratos, o governo do Território Federal do Amapá, — Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral, para execução do projeto «Comércio por vias internas», e a Delegacia Federal de Agricultura no Amapá (DFA/AP) governo do Território Federal do Amapá — Secretaria de Economia da Agricultura e Colonização — (SEAC-AP), para prosseguimento das atividades pertinentes à defesa sanitária animal, naquele território.

Na área do PIN, a liberação coube ainda ao governo do Território Federal do Amapá (Coordenadoria de Indústria e Comércio/Núcleo de Assistência Empresarial do Amapá, para beneficiar às empresas de pequeno e médio porte daquele território. Com recursos do Pronorpar/Proterra, a SUDAM, contemplou o governo do Estado do Pará/Secretaria do Estado de Educação, para execução do projeto «Melhoramento e expansão da Rede Física escolar». Os Estados contemplados reclamavam a necessidade desses recursos há algum tempo para o financiamento de infraestrutura local.

A dívida por regiões

DISCRIMINAÇÃO	Região-Norte	Região Nordeste (I)	Região Nordeste (II)	Região Sudeste
Receita Total	3.942.001	14.545.519	28.644.088	172.299.771
arrecadada 1978				
Deficit / Superavit 1978	67.690	694.623	735	3.252.237
Receita Prevista 1979	10.567.446	26.991.538	47.801.442	258.423.126
Despesa Fixada 1979	10.567.446	26.501.589	47.801.442	258.423.126
Total Dívida Fundada	3.025.511	4.938.248	14.240.515	53.531.171
Interna	1.950.628	4.380.655	11.709.149	38.746.502
Externa	1.074.883	602.593	2.531.366	14.784.669
DISCRIMINAÇÃO	Região Sul	Região Sudeste/Centro Oeste	Brasil	
Receita Total				
arrecadada 1978	48.617.873	26.362.164	294.411.416	
Deficit / Superavit 1978	1.501.841	1.898.032	4.411.476	
Receita Prevista 1979	63.914.576	30.986.583	438.684.711	
Despesas Fixadas 1979	66.083.676	30.986.583	440.363.862	
Total Dívida Fundada	23.643.062	15.942.070	115.365.577	
Interna	13.910.636	10.816.163	81.513.733	
Externa	9.733.426	5.125.907	33.852.844	

OBS: Região Norte — Receita Arrecadada 1978 exclusiva Para Região Nordeste I — Receitas Correntes e Capital Exclusiva R. G. Norte Região Sudeste/Centro-Oeste — Receitas Correntes e Capital exclusiva/Goias.